

FMI quer um ajuste fiscal maior

Missão discute com equipe econômica novas metas para o programa acertado em novembro

Maria Luiza Abbott e Odail Figueiredo

BRASÍLIA

O Fundo Monetário Internacional (FMI) defende medidas adicionais de ajuste fiscal para aumentar o superávit primário (que desconta as despesas financeiras) e reduzir o impacto da desvalorização do real e do aumento dos juros sobre a dívida pública. A equipe econômica considera que existe pouco espaço para novos cortes ou aumento de receita, mas reconhece que mais medidas fiscais poderão ser adotadas se for necessário. O Governo tem pressa em fechar um novo programa com o Fundo para tranquilizar os mercados.

— Se vai haver novas medidas fiscais, depende de análise que ainda não concluímos. Mas se for necessário, não faltará disposição do Governo e do presidente Fernando Henrique para adotá-las — disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Ontem, a missão do FMI que chegou sábado ao Brasil teve sua primeira reunião com integrantes da equipe econômica para revisar as metas do programa acertado em novembro, que se tornaram impraticáveis depois que o Governo adotou o sistema de câmbio flutuante sem pedir autorização ao Fundo. Os técnicos do FMI, chefiados pela subdiretora do Departamento do Hemisfério Ocidental, Teresa Ter-Minassian, devem ficar em Brasília até o fim da semana trabalhando na definição das novas projeções sobre o desempenho da economia brasileira em 99 e das metas que terão de ser alcançadas pelo Governo. O grupo se reuniu ontem durante todo o dia no Ministério da Fazenda com Parente; com o secretário-executivo e o secretário-executivo-adjunto do Ministério do Orçamento, Martus Tavares e Álvaro Manoel; e com o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

Segundo um graduado integrante do Governo, a diretoria do FMI poderá aprovar dentro de 15 dias o novo programa para o Brasil, garantindo a imediata liberação da segunda parcela de US\$ 9 bilhões do pacote de ajuda externa de US\$ 41,5 bilhões.

Fischer vai discutir regras de intervenção do BC no câmbio

Para acelerar a montagem do novo programa econômico, o vice-diretor gerente do FMI, Stanley Fischer, interrompeu sua participação no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, e desembarca hoje no Brasil. Segundo homem na hierarquia do Fundo, Fischer também vai discutir com o Governo novas regras de intervenção do BC no mercado de câmbio para controlar a instabilidade das cotações do dólar.

— A vinda de Fischer permitirá a conclusão das negociações com maior brevidade. Mostra também a importância que o FMI e o G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo) estão atribuindo a essas discussões — disse Parente.

Em Davos, antes de partir para o Brasil, Fischer afirmou que a desvalorização do real é excessiva em relação aos fundamentos da economia brasileira:

— Agora o que falta fazer é uma política monetária com credibilidade, cujo



A CHEFE do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Teresa Ter-Minassian, durante a reunião no Ministério da Fazenda: novas projeções sobre o desempenho da economia em 1999

objetivo seria assegurar que a desvalorização não leve à inflação, apenas a um simples ajuste pontual nos preços.

Parte da equipe econômica defende regras explícitas de intervenção no mercado de câmbio, seguindo o modelo proposto pelo megainvestidor George Soros ou o do México. Soros propôs que a regra seja vender US\$ 200 milhões por dia por um prazo de tempo determina-

do. No México, toda vez que a cotação muda em 2%, o BC intervém, vendendo ou comprando no máximo US\$ 200 milhões em um dia. Outra parte da equipe, especialmente a direção do BC, quer que as regras sejam ocultas, com uma ação limitada para impedir manipulações do mercado.

Segundo Parente, os dois objetivos centrais do novo programa com o Fun-

do são evitar a volta da inflação e estabilizar a relação entre o volume da dívida pública e o PIB:

— O tamanho da dívida é um indicador importante para mostrar que o programa é sustentável. Quanto à inflação, o Governo usará todos os instrumentos possíveis para evitar que ela volte, mas sem recorrer a quaisquer mecanismos artificiais. Vamos trabalhar com as po-

líticas fiscal e monetária — afirmou.

O acordo assinado em novembro previa que, até 2001, o valor da dívida deveria estacionar em 46,8% do PIB. Para isso, os cálculos previam uma taxa média real de juros de 20% este ano, inflação de 2%, superávit primário de 2,6% do PIB, queda de 1% na atividade econômica e desvalorização de 7,5% do câmbio. A equipe econômica e a missão do Fundo estão refazendo as contas para reavaliar a trajetória de crescimento da dívida, e o FMI voltou a insistir em um superávit primário de 3% do PIB.

Resultado positivo do superávit primário é ponto em favor do Brasil

O novo acordo com o Fundo poderá prever também a fixação de metas para a inflação, que vão orientar a política fiscal e as taxas de juros, funcionando como âncora do novo programa. Segundo Parente, um ponto que conta em favor do Brasil é o fato de o Governo ter conseguido um superávit primário de R\$ 5,8 bilhões em 98 (contra uma meta de R\$ 5 bilhões).

COLABORARAM Roberto Cordeiro e Sueli Montenegro

• PRIVATIZAÇÃO DAS GERADORAS DE ENERGIA SÓ DEVERÁ OCORRER NO 2º SEMESTRE na página 18